

ATAS DO VIII CONGRESSO DE HISTÓRIA LOCAL





CONCEITOS, PRÁTICAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

VILA NOVA DE FAMALICÃO

2024

Atas VIII Congresso de História Local – Conceitos, Práticas e Desafios na Contemporaneidade

Edição

HTC-NOVA FCSH/CEF-UC

"De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local" - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Coordenação

Arminda Ferreira

Catarina Pimentel Neto

Catarina Veiga dos Santos

Diogo Ferreira

Eunice Relvas

Guilherme Sequeira

Inês José

João Francisco Pereira

João Pedro Santos

Liliana Caldeira

Maria Miguel Fresco

Maria Fernanda Rollo

Mariana Reis de Castro

Pedro Serra

Revisão Científica

Ana Paula Pires

António José Queiroz

Diogo Ferreira

Eunice Relvas

Jorge Fernandes Alves

Luís Alberto Alves

Maria Conceição Meireles

Maria Fernanda Rollo

Margarida Sobral Neto

Nuno Pousinho

Teresa Nunes

Compilação e edição gráfica

Catarina Pimentel Neto

ISBN 978-972-9347-69-6

Lisboa, novembro de 2025

Os textos publicados nestas atas são da responsabilidade dos/das respetivos/as autores/as.

Sociedade Filarmónica Ereirense, uma banda filarmónica centenária no Ribatejo: crise e superação (1920-2020)

Fábio Alexandre Faria (CIES-Iscte)

Resumo

A Sociedade Filarmónica Ereirense (SFE), fundada a 5 de janeiro de 1920, comemorou recentemente o seu primeiro centenário. Sedeada na pequena aldeia de Ereira, no concelho do Cartaxo (distrito de Santarém), esta banda filarmónica, a mais antiga associação ainda em funcionamento na localidade, tem sobrevivido aos muitos e constantes desafios que ao longo dos tempos têm sido colocados a associações deste género, sejam políticos, económicos, sociais ou culturais. Este texto procura resgatar do anonimato o percurso da SFE no meio filarmónico português ao longo de um século. Com recurso a fontes escritas na posse da associação, nomeadamente estatutos e atas, e à metodologia da história oral, este texto analisa os diversos momentos de crise e as estratégias adotadas para superar essas dificuldades, mormente económicas e humanas. Como tal, insere-se o caso da Sociedade Filarmónica Ereirense no panorama filarmónico português do último século e avalia-se de que forma se aproximou e se demarcou desta realidade nacional.

Palavras-Chave: Bandas Filarmónicas, Sociedade Filarmónica Ereirense, Associação Cultural, Século XX.

Abstract

Sociedade Filarmónica Ereirense (SFE), founded on January 5, 1920, recently celebrated its first centenary. Based in the small village of Ereira, in the municipality of Cartaxo (district of Santarém), this philharmonic band, the oldest association still operating in the locality, has survived the many and constant challenges that have been posed to this kind of associations, whether political, economic, social or cultural. This text seeks to rescue from the anonymity the trajectory of SFE in the portuguese

philharmonic scene over the course of a century. Using written sources held by the association, namely statutes and minutes, and the methodology of oral history, this text analyzes the various moments of crisis and the strategies adopted to overcome these difficulties, especially economic and human problems. As such, the case of Sociedade Filarmónica Ereirense is included in the portuguese philharmonic panorama of the last century and an assessment is made of how it approached and distanced itself from this national reality.

Keywords: Philharmonic Bands, Sociedade Filarmónica Ereirense, Cultural Association, 20th Century.

Introdução

A Sociedade Filarmónica Ereirense (SFE), fundada a 5 de janeiro de 1920, comemorou recentemente, em 2020, cem anos de existência. São já vários os estudos que se debruçam sobre o movimento filarmónico em Portugal na época contemporânea, assim como sobre o percurso de diversas filarmónicas ao longo do último século[468]. No entanto, até bem recentemente, não havia um estudo que retratasse a história desta coletividade, sobretudo porque se encontra inserida numa pequena localidade. Em julho de 2024, publicámos um livro intitulado *Sociedade Filarmónica Ereirense: 100 anos de História(s) e de Música(s)*, que pretendeu, precisamente, colmatar esta lacuna, merecido por todo o impacto que esta associação sempre teve na freguesia e na região a que pertence (Ereira, concelho do Cartaxo, distrito de Santarém)[469]. O texto que aqui se apresenta resulta da comunicação

[468] Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017; Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019; Ana Sílvia Alves LEMOS, *A Banda Filarmónica como Associação e meio de Animação Sociocultural: Estudo de caso da Banda de Amares*, Braga, Universidade do Minho, 2013; Helena LOUROSA, *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-UI*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2012.

[469] Fábio Alexandre FARIA, *Sociedade Filarmónica Ereirense: 100 anos de História(s) e de Música(s)*, Ereira, SFE, 2024.

apresentada no *VIII Congresso de História Local*, realizado em novembro de 2024, na cidade de Vila Nova de Famalicão.

Devido à escassez de fontes escritas, excetuando alguns estatutos e algumas atas de reuniões na posse da associação, emprega-se a metodologia da história oral, com o objetivo de analisar os diversos momentos de crise e as estratégias adotadas para superar essas dificuldades, nomeadamente ao nível económico e humano, uma realidade transversal a muitas coletividades, deste e de outros géneros. Com este estudo insere-se o caso da SFE no panorama filarmónico português do século XX e analisa-se em que medida se aproximou ou afastou da realidade nacional.

O movimento filarmónico em Portugal na época contemporânea: breves notas

A SFE é uma entre as muitas associações filarmónicas existentes em Portugal e, tal como todas as restantes, é um símbolo da freguesia a que pertence, fazendo parte da identidade e da cultura de uma pequena freguesia ribatejana. Foi fundada em 1920, já no decorrer da Primeira República, mas o movimento filarmónico em Portugal data da primeira metade do século XIX, com o aparecimento dos primeiros clubes e associações na década de 1830, como o Clube Lisbonense e a Assembleia Filarmónica[470]. Não obstante, alguns autores datam o aparecimento de outras sociedades, ainda, da década anterior, caso da Sociedade Filarmónica de Lisboa, em 1822, reforçando que o espírito liberal da época impulsionou o desenvolvimento do movimento associativo[471]. Outros ainda referem a fundação da banda de Pampilhosa da Serra (Coimbra), em 1700, e destacam o desenvolvimento do gosto pelas filarmónicas na sequência da vitória portuguesa contra os franceses nos inícios do

[470] Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 9.
[471] Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 56.

século XIX, surgindo, então, as bandas militares com a reorganização das tropas portuguesas[472].

Estas bandas militares influenciaram o desenvolvimento das bandas civis, constituindo um exemplo a seguir ao nível de organização, repertório e fardamento[473]. No entanto, as bandas civis, embora inspiradas nas bandas militares, não nasceram subitamente à sua imagem[474]. Prova disso é o facto de existirem diversas terminologias associadas aos grupos musicais em Portugal ao longo do século XIX, que remetem para o meio militar ou para o meio civil. Se a designação de "banda" estava associada ao contexto militar, os termos "filarmónica", "orquestra" e "capela" inseriam-se no contexto civil. Outras designações, como "música", "charamela", "fanfarra" e "charanga", podiam ser aplicadas num ou noutro caso[475].

No que toca à criação de bandas filarmónicas no século XIX, podemos estabelecer um antes e um depois de 1850. Até então, o clima de forte instabilidade política, económica e social condicionou o aparecimento destes grupos musicais, situação que se alterou nas últimas décadas dessa centúria, já que "foi durante o período da Regeneração que se assistiu, de facto, à época áurea das filarmónicas, muitas delas estimuladas por rivalidades políticas"[476]. Em termos numéricos, assistiu-se à fundação de mais de 600 bandas civis até à implantação da República, em 1910, a maioria das quais após 1850 e com particular destaque para as últimas décadas do século XIX. Em relação ao distrito de Santarém, registou-se a criação de cerca de trinta bandas civis entre 1850 e 1910[477]. Durante este período, foram criadas várias

[472] Ana Sílvia Alves LEMOS, *A Banda Filarmónica como Associação e meio de Animação Sociocultural: Estudo de caso da Banda de Amares*, Braga, Universidade do Minho, 2013, p. 48.
[473] Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 26.
[474] Helena LOUROSA, *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-UI*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2012, p. 88.
[475] Helena LOUROSA, *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-UI*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2012, p. 96-97.
[476] Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 59.
[477] Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, pp. 20-23.

bandas no seio das fábricas, enquanto resultado da influência do ambiente associativo então em florescimento no país, algumas das quais apresentavam uma forte conotação política, relacionadas com o movimento republicano que se estava a desenvolver[478].

Já no período da Primeira República, a década de 1920 representou um novo fulgor ao nível da criação de novas bandas, algumas das quais corresponderam a reorganizações de bandas anteriormente extintas, com destaque para os distritos de Aveiro, Leiria, Coimbra e Santarém. Em relação a este último, onde se insere a SFE, assistiu-se ao nascimento de seis bandas durante a década de 1920[479]. Foi também ao longo da primeira metade do século XX que começaram a surgir diversos agrupamentos musicais, que coexistiram com as bandas civis, denominados por tunas, concertos, Sol e Dó ou *jazzes*[480]. Denota-se, portanto, a grande influência exercida pelo *jazz*, estilo musical de origem norte-americana, na constituição destes grupos.

Contrariando a tendência anterior, o período ditatorial português, compreendendo a Ditadura Militar e o autodenominado Estado Novo, foi menos profícuo para o movimento filarmónico, assistindo-se a um abrandar da atividade das bandas. No contexto do Estado Novo, muitas bandas filarmónicas sofreram uma reorganização, ao serem integradas em Casas do Povo, mas também em corpos de Bombeiros, na Legião Portuguesa e em Municípios, sobretudo devido a dificuldades económicas[481]. Foi especialmente a partir de 1944 que o número de bandas filarmónicas integradas em Casas do Povo ganhou maior expressão, rondando sempre

[478] Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 74.
[479] Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 29.
[480] Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 82.
[481] Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 60.

as seis dezenas[482]. Na fase final do regime salazarista e no período marcelista, o movimento filarmónico continuou a apresentar o mesmo padrão de crise, somando-se aos problemas económicos a acentuada emigração e a guerra colonial. Estes acontecimentos impactaram significativamente a composição humana das bandas filarmónicas, grupos predominantemente masculinos, uma vez que levaram à saída de muitos homens para o estrangeiro.

Após o 25 de Abril de 1974 assistiu-se ao reflorescimento do movimento associativo e filarmónico, com novas reorganizações ao longo das décadas de 1980 e 1990, recuperando-se, inclusive, algumas bandas que haviam sido extintas[483]. Esta foi uma fase mais positiva, sobretudo devido ao aumento do interesse dos mais jovens pelas filarmónicas, levando a que nas décadas finais do século XX se registasse um incremento do número de elementos nas bandas, uma redução da idade média e uma crescente inclusão de mulheres[484]. Esta revitalização das filarmónicas em contexto democrático beneficiou da ação do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL), substituto do organismo ditatorial da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), que se destacou ao nível do auxílio financeiro e do incentivo à formação de maestros e músicos, organizando diversos cursos[485]. Neste âmbito, foi também benéfica a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, permitindo que várias instituições e organismos pudessem usufruir de fundos provenientes das entidades europeias[486].

Assim, observamos que o contexto político, económico e social do país influenciou e condicionou o panorama cultural português, onde se insere o movimento

[482] Daniel MELO, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto das Ciências Sociais, 2001, p. 181.
[483] Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 41.
[484] Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 177.
[485] Pedro Marquês de SOUSA, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017, p. 367.
[486] Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 215.

filarmónico, com as bandas a sentirem necessidade de se adaptarem às novas realidades para garantirem a sua sobrevivência e o seu funcionamento. A este respeito, a SFE constitui um bom exemplo a ter em linha de conta, ilustrativo das dinâmicas que marcaram o movimento filarmónico em Portugal ao longo do último século.

A fundação da Sociedade Filarmónica Ereirense

A SFE foi criada no dia 5 de janeiro de 1920, resultado da vontade de um conjunto de homens de que a sua freguesia contasse com uma "banda de música". Não foi alheia a este desejo uma antiga rivalidade existente com a freguesia vizinha, Lapa, que, nesta altura, ainda estava agregada à freguesia da Ereira[487], mas que já contava com uma banda filarmónica desde 1909, fundada no dia 6 de janeiro. Muitas das bandas foram fundadas por indivíduos com ligações à política ou por pessoas que gozavam de algum reconhecimento nas diversas localidades, como padres, professores e proprietários[488]. A SFE insere-se neste último caso, já que o seu principal fundador era um proprietário da freguesia, João Damião dos Santos. Este ereirense foi decisivo na fundação e nos primeiros anos de existência da associação, ao empenhar as suas propriedades para que a associação pudesse comprar os instrumentos em Lisboa, necessários para o início da atividade. Além de ser considerado o principal fundador da SFE, João Damião dos Santos foi também o primeiro presidente eleito da coletividade, cuja importância para a cultura da localidade foi reconhecida ao ter sido dado o seu nome a uma das ruas da freguesia.

Nestes primeiros anos de atividade da SFE, destaca-se também o nome de José Afonso Aires de Aguiar, o primeiro maestro contratado, que, por essa razão, ficou conhecido como "o maestro da fundação". José Aguiar encontrou-se quase vinte anos

[487] As duas freguesias só ficaram separadas a partir de 8 de abril de 1921, por intermédio do Decreto-Lei n.º 1.142.
[488] Bruno César Pinto MADUREIRA, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019, p. 61.

à frente da banda da SFE, entre 1920 e 1938, sendo o segundo maestro que exerceu funções durante mais tempo. Todas as filarmónicas têm um hino, um dos seus principais símbolos e elementos identificativos, uma vez que é uma música original, tocada apenas por aquela banda. Em alguns casos, são os próprios maestros os responsáveis pela composição dessa música. Devido à escassez de registos escritos, procurámos saber junto de músicos e de ex-músicos como havia surgido o Hino da SFE e as opiniões convergem no sentido de ter sido o maestro José Aguiar a compô-lo durante o período em que dirigiu a banda[489].

Os estatutos mais antigos conhecidos desta primeira fase da SFE datam de julho de 1936, aprovados já durante o período do Estado Novo. Estes estatutos delineavam que o principal objetivo da SFE era manter em funcionamento um centro de instrução que permitisse aos sócios (executantes e auxiliares) a aprendizagem da música. É interessante notar que, seguramente devido ao contexto político vivido, um indivíduo que pretendesse ser sócio, tinha de passar por uma fase de aprovação do seu comportamento durante uma semana, estando o seu nome exposto numa das salas da Sociedade para que se recolhesse o maior número de informações sobre o proponente. Nesta altura, os corpos gerentes eram constituídos por Direção, Comissão Fiscal e Assembleia, num total de onze pessoas[490]. No entanto, assinados em 1936, estes estatutos não vigoraram durante muito tempo, já que, cerca de dois anos mais tarde, a SFE encerrou a atividade.

O primeiro momento de crise

Este constituiu o primeiro e mais grave momento de crise da história da SFE que, devido à falta de dinheiro e de pessoas para gerir a associação, se viu obrigada a fechar as portas. Esta situação manteve-se durante cerca de dez anos, mais precisamente entre 1938 e 1947, cumprindo-se o estipulado no artigo 38.º dos

[489] António da Silva PINTO, *As memórias da SFE*, 5 de abril de 2017; Francisco Leal CARNIÇA, *As memórias da SFE*, 20 de janeiro de 2023.
[490] Sociedade Filarmónica Ereirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 8 de julho de 1936.

estatutos e ficando todos os instrumentos e uniformes à responsabilidade da Junta de Freguesia[491]. Durante este período, a freguesia da Ereira não teve uma banda filarmónica em atividade, mas, à semelhança do que havia ocorrido em 1920, um grupo de ereirenses uniu-se e reergueu a coletividade no ano em que comemorava o vigésimo sétimo aniversário. Neste grupo destacavam-se homens conhecidos na aldeia, como Abílio Vinagre e António Leal, que era, inclusive, o presidente da SFE quando esta encerrou atividade nos finais da década anterior[492].

O reinício da atividade da SFE no final da década de 1940 insere-se na realidade do movimento filarmónico nacional desse período. Com efeito, quando foi reerguida em 1947, a SFE passou a estar integrada na Casa do Povo da Ereira, que havia sido fundada há poucos anos, em dezembro de 1941, sob denominação de Filarmónica da Secção Cultural e Recreativa da Casa do Povo da Ereira. Por esta razão, nos anos que se seguiram, a coletividade passou a estar sediada no mesmo espaço que a Casa do Povo, em particular num edifício de dois andares, funcionando a banda no piso de baixo e a Casa do Povo no piso superior[493]. Dadas as dificuldades, especialmente monetárias e humanas, foi esta a forma encontrada para recuperar a existência da SFE, algo que, como vimos, foi bastante comum neste período de Norte a Sul de Portugal.

Os primeiros estatutos desta nova fase datam de setembro de 1949 e demonstram que, ao contrário do período anterior, a SFE passava a estar dependente de outra entidade, a quem se deveria justificar e prestar contas e todos os esclarecimentos solicitados a respeito da sua atividade. Estes estatutos continuavam a manter a exclusividade de apenas serem aceites como sócios os indivíduos que se destacassem pela manutenção de um bom comportamento. Note-se que esta questão era, de facto, importante para a pertença à coletividade, já que um comportamento menos digno implicava a expulsão da categoria de sócio, cuja readmissão só seria

[491] Sociedade Filarmónica Ereirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 8 de julho de 1936.
[492] António da Silva PINTO, *As memórias da SFE*, 5 de abril de 2017.
[493] António da Silva PINTO, *As memórias da SFE*, 5 de abril de 2017; Francisco Leal Carniça, *As memórias da SFE*, 20 de janeiro de 2023.

possível um ano mais tarde. Por outro lado, valorizava-se o compromisso e a dedicação à associação. A sala de concertos musicais dispunha de um quadro de honra que registava a assiduidade dos músicos ao longo do ano. Aquele que contabilizasse um maior número de presenças e que tivesse tido um comportamento digno, dentro e fora da Secção, beneficiaria de uma estadia em Lisboa, com viagem incluída, oferecida pela Casa do Povo para assistir a um concerto musical, um espetáculo desportivo no Estádio Nacional ou um passeio ou excursão a decidir em consonância com a FNAT[494].

A integração da SFE na Casa do Povo da Ereira teve uma duração superior a três décadas, prolongando-se para lá do 25 de Abril de 1974. Aquando da tomada de posse dos corpos gerentes em janeiro de 1978, a coletividade ainda tinha a denominação de Filarmónica da Secção Cultural e Recreativa da Casa do Povo da Ereira. Tendo em consideração que, nesta altura, os corpos gerentes exerciam funções por um período de três anos, ao contrário do biénio que vigora atualmente, concluímos que a desanexação entre as duas associações se concretizou nos inícios da década de 1980, recuperando então a anterior designação de Sociedade Filarmónica Ereirense, que ainda hoje mantém[495].

Pós-25 de Abril e o segundo momento de crise

A recuperação da autonomia com a desanexação da Casa do Povo da Ereira constituiu o primeiro grande acontecimento que marcou a história da SFE no pós-25 de Abril. Outro feito marcante foi a edificação da sede da coletividade, na Rua Dr. Lopes Batista N.º 1, nos inícios da década de 1990. Os primeiros passos começaram a ser dados ainda nos finais da década anterior, levando à compra do espaço para o efeito, uma antiga oficina de ferrador, em 1988, oficializada em março do ano

[494] Sociedade Filarmónica Ereirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica da Secção Cultural e Recreativa da Casa do Povo da Ereira*, 20 de setembro de 1949.
[495] Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de Contas,* 1978.

seguinte[496]. Este foi um acontecimento que mobilizou uma importante parte da população local, uma vez que a construção da nova sede resultou da entreajuda e da colaboração entre músicos e direção da banda e alguns ereirenses[497]. Nos inícios da década de 1990, procedeu-se também a uma alteração dos estatutos da SFE no Cartório Notarial do Cartaxo. Em comparação aos últimos estatutos conhecidos, datados de 1949, registaram-se algumas alterações, nomeadamente ao nível da composição dos órgãos diretivos, que então passavam a ser Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal, e do seu mandato, que passava a ser de apenas dois anos[498].

Os últimos anos do século XX trouxeram o segundo momento de crise para a SFE, que chegou a encerrar a atividade novamente, embora por um período mais curto, entre 1998 e 1999. Esta fase ficou marcada por problemas de diferente natureza, como a não apresentação de contas aos sócios, referentes ao período entre janeiro e setembro de 1996, as dificuldades relacionadas com o bar da SFE e a falta de pessoas para assumir os corpos gerentes. Por estas razões, a gestão da coletividade ficou à responsabilidade de uma Comissão Administrativa, que procurou assegurar as atividades até que alguma lista demonstrasse vontade de assumir a direção da associação. Este momento foi também um marco histórico pelo facto de ter sido a primeira vez que uma mulher desempenhou funções na gestão da coletividade[499]. Os novos corpos gerentes foram eleitos em julho de 1999 e a SFE passou a utilizar as instalações da Casa do Povo da Ereira para lecionar as aulas da escola de música, realizar os ensaios da banda e apresentar os concertos. A partir de então, foi criado um Regulamento Geral Interno, que apresentava a vantagem de não ser necessária a alteração dos estatutos através de uma escritura feita no Notário, já que qualquer

[496] Sociedade Filarmónica, *Cópia do Termo de Declaração referente à compra da sede da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 6 de março de 1989
[497] Francisco Leal CARNIÇA, *As memórias da SFE*, 20 de janeiro de 2023.
[498] Sociedade Filarmónica, *Estatutos da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 24 de abril de 1990.
[499] Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica Ereirense*, Atas n.º 1, 2 e 3, de 31 de janeiro,8 de fevereiro e 15 de fevereiro de 1997, respetivamente.

modificação ao funcionamento da associação passava a poder ser realizada apenas com a aprovação da Assembleia Geral[500].

A SFE tem mantido as suas atividades sem interrupção desde os finais do século XX, embora se continue a deparar com muitas dificuldades, nomeadamente ao nível de recursos humanos, uma realidade que se prolonga desde os inícios do século XXI. A partir daqui assistiu-se a um acentuar de problemas como a escassez de pessoas interessadas em desempenhar funções diretivas e na execução musical e a carência de fundos. Com o objetivo de garantir a continuidade da banda filarmónica nos anos seguintes, a SFE apostou também em melhorar o funcionamento da escola de música. Atualmente, a banda da SFE conta com cerca de vinte elementos e a escola de música contabiliza catorze alunos, a que se somavam os cento e vinte sócios, que, através do pagamento de uma quota mensal, também contribuem para a manutenção da SFE. Estes números refletem, por um lado, o decréscimo do número de habitantes da freguesia da Ereira e, por outro, o crescente desinteresse pela cultura em geral na aldeia.

Conclusão

À semelhança de muitas bandas filarmónicas em Portugal, os últimos cem anos da SFE foram marcados por dificuldades do foro financeiro e humano, registando dois momentos de crise, que levaram ao encerramento da atividade, entre 1938 e 1947 e entre 1998 e 1999. Devido à vontade e à ação de alguns resistentes, a SFE sempre conseguiu superar essas dificuldades e recuperar o exercício das suas atividades. Notamos que a banda de uma pequena aldeia acompanhou a tendência do movimento filarmónico português do século XX, padecendo de muitos dos problemas que marcaram o percurso destes agrupamentos e seguindo o caminho trilhado por muitas filarmónicas ao nível do fardamento, do repertório e das atividades desenvolvidas. Um dos exemplos mais sonantes desta inserção da SFE no panorama filarmónico

[500] Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica Ereirense*, Ata n.º 4, 25 de setembro de 1999.

nacional foi a integração na Casa do Povo, na década de 1940, tal como fizeram outras tantas dezenas de bandas durante o salazarismo.

Fontes e Bibliografia

Fontes

António da Silva Pinto, *As memórias da SFE*, 5 de abril de 2017.

Decreto-Lei n.º 1.142, 8 de abril de 1921.

Francisco Leal Carniça, *As memórias da SFE*, 20 de janeiro de 2023.

Sociedade Filarmónica, *Cópia do Termo de Declaração referente à compra da sede da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 6 de março de 1989.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica da Secção Cultural e Recreativa da Casa do Povo da Ereira*, 20 de setembro de 1949.

Sociedade Filarmónica Ereirense*, Estatutos da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 8 de julho de 1936.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Estatutos da Sociedade Filarmónica Ereirense*, 24 de abril de 1990.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica Ereirense*, Atas n.º 1, 2 e 3, de 31 de janeiro,8 de fevereiro e 15 de fevereiro de 1997.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica Ereirense*, Ata n.º 4, 25 de setembro de 1999.

Sociedade Filarmónica Ereirense, *Livro de Contas,* 1978.

Bibliografia

FARIA, Fábio Alexandre, *Sociedade Filarmónica Ereirense: 100 anos de História(s) e de Música(s)*, Ereira, SFE, 2024.

LEMOS, Ana Sílvia Alves, *A Banda Filarmónica como Associação e meio de Animação Sociocultural: Estudo de caso da Banda de Amares*, Braga, Universidade do Minho, 2013.

LOUROSA, Helena, *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-UI*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2012.

MADUREIRA, Bruno César Pinto, *Bandas civis no terceiro quartel do século XX. Estudo de casos com as bandas de quatro concelhos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019.

MELO, Daniel, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto das Ciências Sociais, 2001.

SOUSA, Pedro Marquês de, *Bandas de Música na História da Música em Portugal*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2017.